

PORTARIA Nº. 1245/2024/GP/TCMPA

O Conselheiro **ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 15, inciso V da Lei Complementar nº 109/2016 c/c art. 82, inciso XXXV do Regimento Interno desta Corte de Contas e,

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do art. 51 da Lei nº 9.977, de 06 de julho de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, combinado com o § 2º do art. 6º da Lei nº 10.382, de 10 de janeiro de 2024 - Lei Orçamentária Anual, que autorizam por ato próprio dos seus respectivos representantes a abrir créditos suplementares das dotações orçamentárias dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais Órgãos Constitucionais Independentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a suplementação no valor de R\$ 7.285.000,00 (Sete milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais), para atender a programação do orçamento vigente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE	VALOR SUPLEMENTADO
03101.01.126.1454.2354	339040	01500000001	R\$ 1.485.000,00
03101.01.122.1454.8743	319011	01500000001	R\$ 5.800.000,00
TOTAL			R\$ 7.285.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários à execução da presente Portaria correrão por conta da anulação parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE	VALOR REDUZIDO
030101.01.122.1454-8559	339039	01500000001	R\$ 1.900.000,00
030101.01.331.1454-8565	339046	01500000001	R\$ 600.000,00
030101.01.131.1454-8745	339039	01500000001	R\$ 1.484.000,00
030101.01.032.1454-2355	339047	01500000001	R\$ 473.000,00
030101.01.126.1454-2354	449040	01500000001	R\$ 700.000,00
030101.01.122.1454-8742	449039	01500000001	R\$ 880.000,00
	449052	01501000012	R\$ 1.248.000,00
TOTAL			R\$ 7.285.000,00

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, em 18 de dezembro de 2024.

Conselheiro **ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES**
Presidente